

Estudo Exploratório 06

Junho 2005



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS
Monitoramento da Conjuntura de Mercado das Principais Cadeias Produtivas Brasileiras.
(CONVÊNIO MDA N.º 026/2004)

DIRETORIA

Presidente:

Marcos Rochinski - Fetraf - Sul/CUT

Secretário:

Vilson José Alba – Fetraf - Sul/CUT

Tesoureiro:

Genês da Fonseca Rosa - Cresol Chapecó/SC

Membros Efetivos:

Vanderlei Ziguer - Cresol/Baser Francisco Beltrão/PR

Altemir Tortelli - Fetraf - Sul/CUT

Severine Macedo - Fetraf - Sul/CUT

Roberto Cordasso - APACO/SC

Membros Suplentes:

Luis Tomacheski - Rureco/PR

Delma Zucco - Fetraf - Sul/CUT

Daniel Rohte - Fetraf - Sul/CUT

Altair Celuppi - Sistema das Cooperativas de leite da Agricultura Familiar(Sisclaf)/PR

Conselho Fiscal Efetivo:

Tomé Coletti - Fetraf - Sul/CUT

Maria Salete Escher - Fetraf - Sul/CUT

Mário Antônio Farina - Cooperativa Alto Uruguai Ltda (Cocel)/RS

Conselho Fiscal Suplente:

Roberto Balem - Sutraf – Alto Uruguai/RS

Rinaldo Segalin - Associação das Cooperativas do

Leite do Oeste Catarinense (Ascooper)

Romeu Both - Sintraf – Pinhalzinho/SC

EQUIPE INTERNA

Alvori Cristo dos Santos

Área: Produção Familiar e Mercado, Redes e Sistemas

Amadeu Antonio Bonato

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas, Desenvolvimento Institucional.

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Área: Produção Familiar e Mercado, Desenvolvimento Institucional

Denilson Pasin

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ézio José Gomes

Área: Produção Familiar e Mercado

Gerson Ferreira Lima

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ivone Pereira Ataíde

Área: Desenvolvimento Institucional.

João Carlos Sampaio Torrens

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas.

José Germano Batista Rodrigues

Área: Produção Familiar e Mercado.

Marcos Antonio de Oliveira

Área: Produção Familiar e Mercado.

Marilza Aparecida Biolchi

Área: Políticas Públicas, Produção Familiar e Mercado

Moema Hofstaetter

Área: Desenvolvimento Institucional.

Sidemar Presotto Nunes

Área: Políticas Públicas e Produção Familiar e Mercado

Thiago de Angelis

Área: Produção Familiar e Mercado

EQUIPE TÉCNICA:

Taís Helena Akatsu, Colaborador: Volnei Porfírio da Silva



DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais

Endereço: Rua Ubaldino do Amaral, 374 - Alto da Glória
80060-90 - Curitiba - PR

Tel: (41) 262-1842 - Fax: (41) 362-3679

<http://www.deser.org.br>

CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DO-BRASIL

Apresentação

A atividade extrativista da castanha permeia realidades diversas, inerentes à região amazônica. Devido à abrangência restrita desse trabalho, não foi possível abarcar todas as particularidades das diferentes regiões e comunidades produtoras de castanha.

No entanto, por meio de uma abordagem regionalizada, o presente estudo exploratório, apresenta alguma das características, desses contextos diversificados, e os aspectos pertinentes à cadeia produtiva da castanha como um todo.

Por outro lado, de modo particularizado, mostra a situação em que se encontra a atividade da castanha no estado do Acre, através da perspectiva das organizações representativas dos castanheiros (cooperativas), bem como, pelas informações cedidas por instituições governamentais e não governamentais, que lidam com os atores, ou com a própria cadeia da castanha.

1 Aspectos Gerais da Cadeia Produtiva

1.1 Produção Brasileira

A castanheira do Brasil (*Bertholletia excelsa*), espécie da família LECYTHIDACEAE, ocorre naturalmente, na maioria dos estados da Amazônia Legal, bem como na região amazônica da Bolívia, Peru, Venezuela e Equador, preferencialmente em áreas de terra firme, de solos argilosos ou argilo-arenosos.

As amêndoas da castanheira, começaram a ser exploradas comercialmente a partir do século XVII, (Almeida, 1963), e trata-se de um produto destinado a exportação desde a década de 20 (Homma et. al. 2000).

Devido ao declínio e a crise do ciclo econômico da borracha, a castanha tornou-se o mais importante produto extrativo da Amazônia. Chegando a responder no ano de 1956, por 70,57% das exportações feitas pela região norte. Constituiu-se, a principal atividade econômica, de grandes estados produtores, como foi o caso do Pará. Ilustrando a relevância, que a castanha possuía para esse estado, em 1979, alcançou-se um máximo de volume negociado de mais de 43 milhões de dólares (Homma et. al, 2000).

Dados do IBGE, no período de 1990 a 2003 (Tabela 1), apontam grandes oscilações na produção brasileira, e a queda consecutiva nos últimos três anos da pesquisa. As estatísticas no mesmo período, também demonstram que houve, um decréscimo em mais de 50% da produção nacional de castanha-do-Brasil.

A variação do volume produzido, e especialmente a propensão à queda coincidem com episódios relacionados a: (i) redução do estoque de castanhas nas últimas três décadas (sudeste paraense); (ii) substituição do extrativismo por outras atividades; e (iii) concorrência das indústrias de beneficiamento bolivianas; (iv).perda da importância da atividade no contexto regional, principalmente no Pará.

Essas variáveis, aliam-se a demanda irregular de compradores internacionais não tradicionais ao longo do tempo, e a oferta de produtos substitutos.

Tabela 1: Produção Brasileira de Castanha (toneladas)

Ano	Produção	Ano	Produção
1990	51.195	1997	22.786
1991	35.838	1998	23.111
1992	25.303	1999	26.856
1993	26.505	2000	33.431
1994	38.882	2001	28.467
1995	40.216	2002	27.389
1996	21.469	2003	24.894

Fonte: IBGE – Produção extrativa vegetal (2005)

1.2 Principais Regiões Produtoras

1.2.1 Contextualização

A história da atividade extrativa da castanha, e o seu presente cenário, permitem uma leitura das políticas de desenvolvimento aplicadas à região amazônica.

Revelando, particularmente no caso do sudeste paraense, a ineficiência do Estado brasileiro de construir um projeto de desenvolvimento sócio-econômico ambiental compatível para a Amazônia. Agravada pela condição de apenas relegar à região o papel de depósito dos problemas sociais e agrários das demais regiões do Brasil, tornando-a palco de concessões, que visam o favorecimento de grupos econômicos e interesses políticos nem sempre tão explicitáveis.

O sudeste paraense, abrigava as formações mais compactas e densas de castanhais da Amazônia brasileira, no qual, o município de Marabá ocupava a destacada posição, de maior produtor brasileiro de castanha. Entretanto, séries de eventos desencadearam a destruição sistemática e indiscriminada dessa base de recursos.

Os fatos mais contundentes remetem aos anos 60, onde é pleiteada a conexão de Marabá à rodovia Belém-Brasília pelos próprios donos dos castanhais sob, a alegação de baratear os custos com o transporte da produção. Na sequência, o movimento de expansão da pecuária liderado por empresários de São Paulo propicia o lançamento, em 1966, de créditos para subsidiar o setor na região.

No ano seguinte é descoberta a província mineral de Carajás, aguçando os interesses nacionais e internacionais para a exploração de minérios, o que mudaria futuramente o enfoque da economia do Pará, do extrativismo vegetal da castanha, para o mineral.

Em 1972, a rodovia Transamazônica é inaugurada, ligando a Paraíba ao estado do Amazonas, trazendo consigo um contingente de migrantes ao sudeste paraense, tornando a região área prioritária de reforma agrária, conforme decisão do governo federal. Nesta mesma época, estava em curso a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Marabá. O sentido de luta dos migrantes e da política de colonização era a ocupação da terra para fins agrícolas e não a exploração do extrativismo de coleta da castanha (Homma, 2000)

O resultado inevitável destes acontecimentos foi a derrubada indiscriminada das áreas de castanhais. Com o incidente da guerrilha do Araguaia o governo militar, como medida estratégica de segurança, determinou a abertura de estradas operacionais, uma delas unindo Marabá a São Geraldo do Araguaia, atual PA-153, posteriormente a PA-150, e outras rodovias na Amazônia. Naturalmente, essas estradas significavam a incorporação pelos migrantes e a destruição das castanheiras.

Nos anos 80, a ocupação dos castanhais pelos posseiros migrantes, associada à extração madeireira, potencializaram a destruição da espécie. Findado o ciclo do mogno, a castanheira, pela sua facilidade de localização, passou ser alvo de abate dos madeireiros. Os colonos chegavam a trocar árvores de suas áreas, por madeira serrada para construção de casas, em média usavam-se 18 castanheiras por moradia a ser construída.

Nesse processo de depredação, os manejos dados às pastagens e agricultura baseados no fogo, constituíram também fatores preponderantes na eliminação dos recursos florestais e por conseguinte dos castanhais.

Ainda na década de 80, houve a inauguração da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do megaprojeto da Companhia Vale do Rio Doce para a exploração das jazidas de minério de ferro e a descoberta de garimpos de ouro, como o de Serra Pelada. Todos esses episódios, produziram grandes transformações de cunho sócio-econômico e desastres ambientais imensuráveis, que levaram à desintegração da economia extrativa da castanha no Estado do Pará e o atual quadro de decadência que vem repercutindo na diminuição da produção nacional.

Uma amostra da destruição são os números do desmatamento. Somente na mesorregião do sudeste paraense, no período de 1991-1992, desapareceram 244.149,60 hectares de floresta, e entre 1992-1994 foram desmatados 320.429,40 hectares. Respectivamente nos períodos citados foram destruídas: 13 mil e 33 mil castanheiras (Homma et al. 2000).

As populações que vivem ou se fixaram no sudeste do Pará, não usufruem as riquezas geradas pelo extrativismo mineral, tão pouco recebem o apoio de políticas públicas que favoreçam a melhoria e sustentabilidade dos sistemas agrícolas que praticam. Aos poucos, se lançarão em novas fronteiras agrícolas, dando espaço para a concentração de terras e a inexorável degradação ambiental.

1.2.2 Situação Atual

A destruição dos castanhais nativos do sudeste paraense, dividiu a histórica supremacia do Pará em produção, com os Estados do Acre e Amazonas, os quais desde o período de 1990 a 2003 (IBGE, 2005), se revezam na primeira colocação em volume produzido de castanha, juntamente com o Pará. Destaca-se que o estado do Acre conseguiu estar em primeiro lugar em produção em vários anos na década mencionada, conforme a tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Estados Produtores de Castanha (toneladas)

Ano	Brasil	Norte	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Mato Grosso
1990	51.195	50.521	1.472	17.497	13.059	7	16.235	2.250	674
1991	35.838	35.025	1.080	14.630	7.957	4	9.456	1.898	813
1992	25.303	24.911	1.043	11.156	193	-	10.962	1.556	392
1993	26.505	26.116	1.118	11.984	4.267	-	6.936	1.810	389
1994	38.882	38.632	794	11.034	15.465	-	9.689	1.650	250
1995	40.216	39.958	792	9.367	15.727	-	12.215	1.858	258
1996	21.469	21.224	461	3.858	6.670	-	8.458	1.776	245
1997	22.786	22.551	461	3.378	7.357	-	9.510	1.845	230
1998	23.111	22.870	2.063	3.628	7.368	54	8.150	1.606	241
1999	26.856	26.589	1.935	9.613	7.467	31	5.959	1.582	267
2000	33.431	33.186	6.508	8.247	7.823	34	8.935	1.639	245
2001	28.467	28.191	5.481	5.924	8.352	69	6.972	1.393	277
2002	27.389	27.038	4.385	6.674	8.985	66	5.770	1.157	351
2003	24.894	24.562	3.357	5.661	9.068	68	5.361	1.048	331

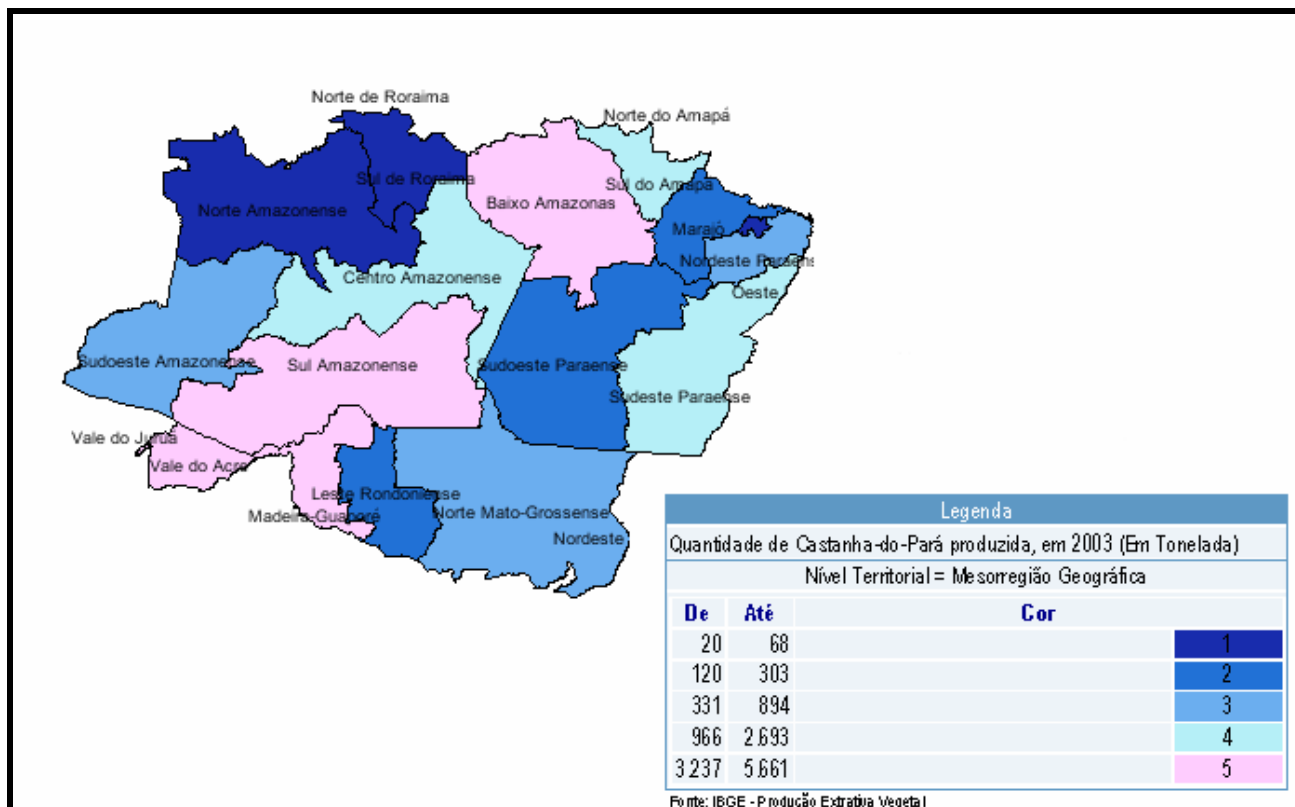
Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal (2005)

1.2.3 Mesorregiões Produtoras

O Brasil, é dividido segundo, o IBGE em 18 grandes mesorregiões produtoras de castanha-do-Brasil (Figura 1):

- 1) Mato Grosso: Norte e Nordeste Mato-grossense;
- 2) Rondônia: Leste Rondoniense e Madeira-Guaporé;
- 3) Acre: Vale do Acre e Vale do Juruá;
- 4) Amazonas: Sul Amazonense, Sudeste Amazonense, Centro Amazonense e Nordeste Amazonense;
- 5) Pará : Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense, Nordeste Paraense e Marajó;
- 6) Amapá: Sul do Amapá e Norte do Amapá;
- 7) Roraima: Sul de Roraima e Norte de Roraima.

Figura 1 : Mesorregiões Produtoras de Castanha-do-Brasil



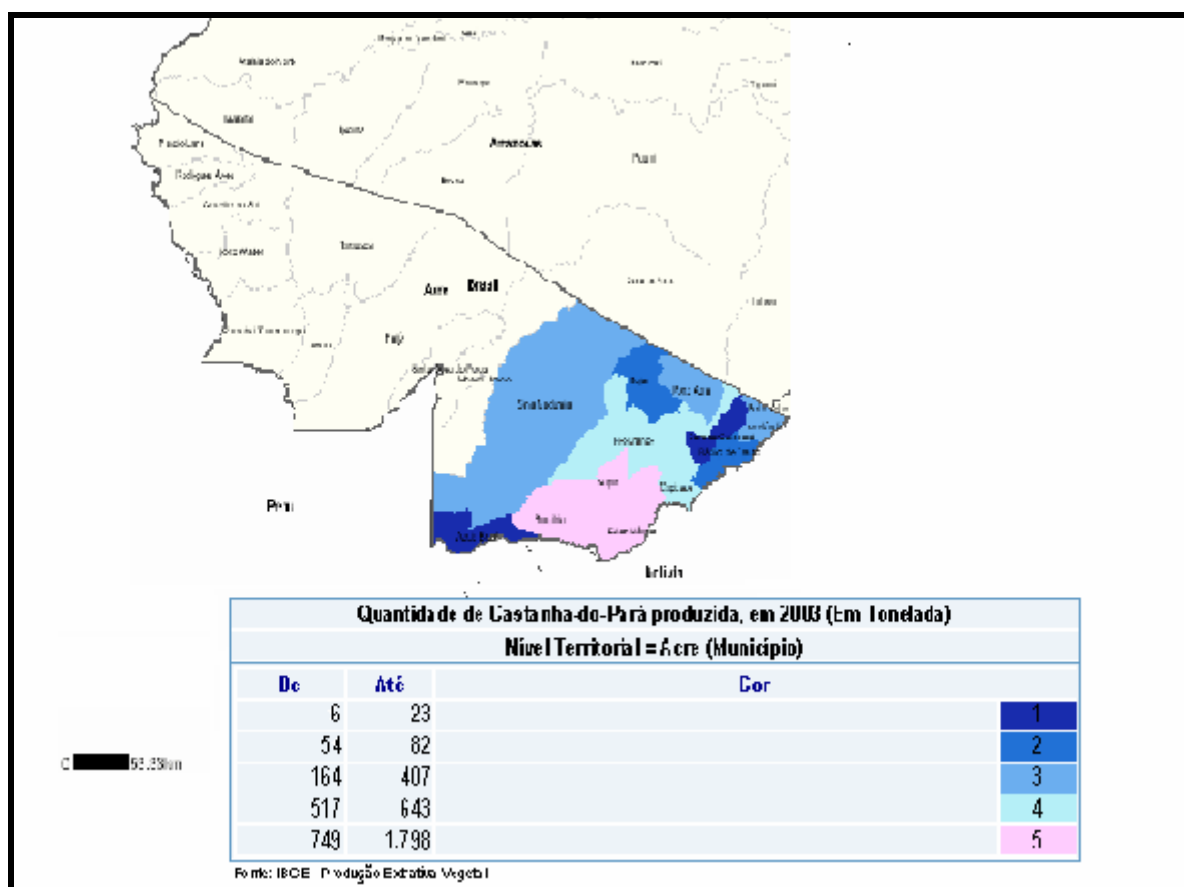
1.2.4 Localização das Principais Microrregiões Produtoras

1.2.4.1 Acre

Neste Estado, conforme definição da SEPROF¹, diferente da classificação do IBGE, existem 03 regiões produtoras que englobam 12 municípios: **1) Alto Acre:** Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil **2) Baixo Acre:** Rio Branco, Senador Guimard, Capixaba, Acrelândia, Porto Acre, Plácido de Castro e Bujari **3) Purus:** Sena Madureira (Figura 2).

¹ Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar do Acre

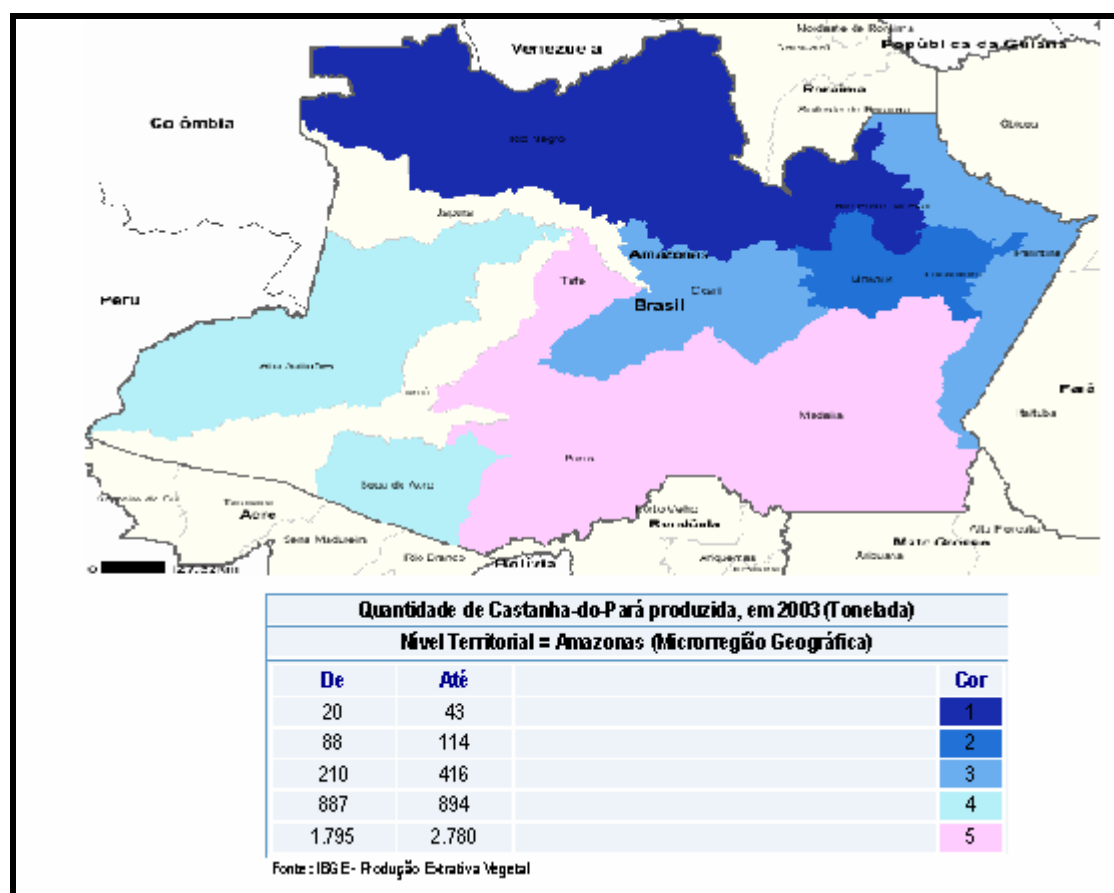
Figura 2: Municípios Produtores de Castanha no Acre



1.2.4.2 Amazonas

No Amazonas, as principais microrregiões produtoras encontram-se no Médio Amazonas, Alto Amazonas, rios Madeira, Purus e Negro (Figura 3), (IBAMA – CNPT, 1998). Sendo algumas delas municípios como: Itacotiara, Coari, Codajás, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Tefé e Humaitá (Almeida, 1963).

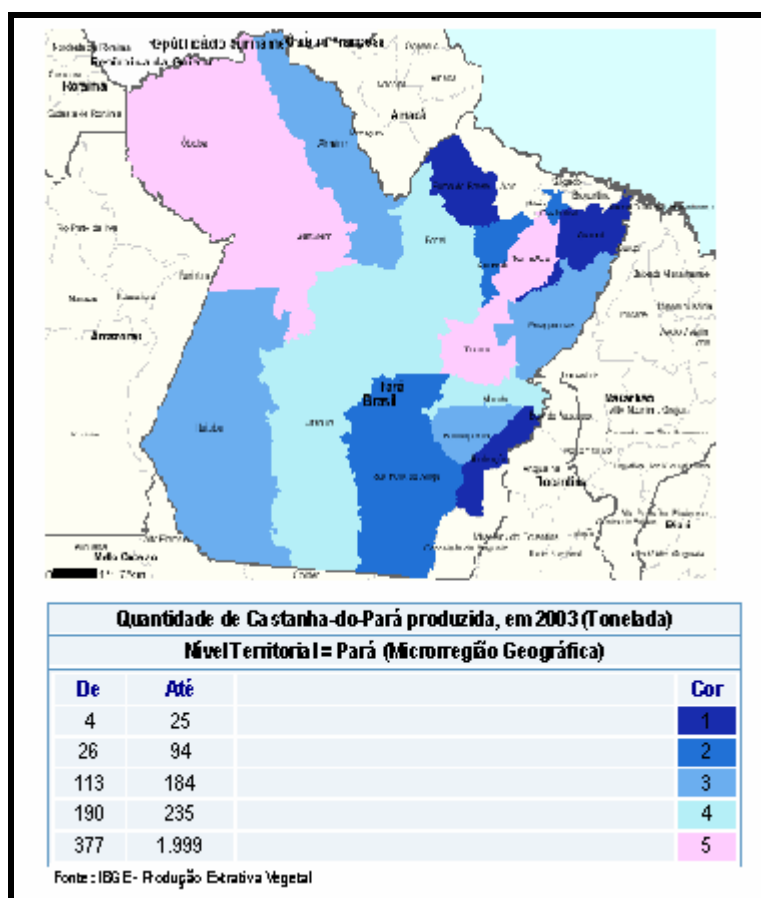
Figura 3: Microrregiões Produtoras de Castanha no Amazonas



1.2.4.3 Pará

A produção no Estado do Pará tem origem ainda nos remanescentes, da mesorregião do sudeste paraense entre os rios Tocantins e Xingu, onde está a microrregião de Marabá, se estendo às margens do rio Tapajós. Porém os castanhais mais extensos hoje, localizam-se nos rios Trombetas e Curuá (MMA, 1998). Segundo o depoimento do pesquisador da EMBRAPA Amazônia Oriental, Alfredo Homma, na atualidade, a microrregião do município de Oriximiná (rio Trombetas), é o grande fornecedor de castanha deste Estado.

Figura 4: Microrregiões Produtoras de Castanha no Pará



1.2.4.4 Outros Estados

No Amapá, a microrregião do Laranjal do Jari, detém o primeiro lugar em potencial e produção de castanha.

Em Rondônia, os vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira são os grandes produtores do estado (MMA, 1998). Destacando-se as microrregiões de Porto Velho e Costa Marques

De maneira menos expressiva, os Estados do Mato Grosso, através do município de Alta Floresta e Roraima, nas cidades de São João e São Luiz, contribuem para produção nacional de castanha (MMA, 1998).

1.3 Produção Brasileira no Contexto da Produção Mundial

Historicamente a produção mundial de castanha *in natura* tem sido dominada pelo Brasil, mantendo uma média de 75% da produção total mundial. A Bolívia responde por 16% e o Peru por mais 9% (MMA, 1998). Entretanto, a tendência de queda da produção brasileira nos últimos anos e a estruturação da indústria boliviana de castanha é um fator que deve ter favorecido a organização e o melhor aproveitamento do potencial produtivo naquele país, o que pode ter alterado o cômputo geral dos dados da produção de castanha *in natura*.

Essa dinâmica do domínio brasileiro se deve à inexistência de plantios comerciais da espécie e pelo fato da maioria dos castanhais estarem naturalmente dispersos em áreas do território da Amazônia brasileira.

Dentro do mercado das castanhas e amêndoas, a participação da castanha-do-Brasil é bastante reduzida, girando em torno de 6%. Isso se deve, em parte, à baixa oferta do produto e à agilidade do mercado internacional em encontrar produtos substitutos (IBAMA-CNPT, 1998).

1.4 Comércio Exterior Brasileiro

A castanha-do-Brasil, é um produto essencialmente de exportação. Cerca de 95% da produção nacional líquida é destinada aos compradores estrangeiros (Tabela 3). Apenas 5%, da produção líquida é consumida internamente, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do país, por indústrias alimentícias ou pelas pessoas tradicionalmente na época de natal. Regionalmente, nos Estados produtores o consumo é muito pequeno, geralmente se dando na forma de castanha *in natura*, ou como “leite de castanha”, um preparado que mistura água e castanha moída.

Tabela 3: Exportações Brasileiras (2000 a 2005) de Castanha em toneladas

Ano	Tipo	Castanha com casca	Castanha sem casca	Total
2000	Quant.	13.566	5.362	18.928
	US\$FOB (mil)	13.377	14.309	27.686
2001	Quant.	7.903	2.649	10.552
	US\$FOB (mil)	6.263	4.886	11.149
2002	Quant.	6.949	2.694	9.643
	US\$FOB (mil)	7.350	5.253	12.603
2003	Quant.	5.618	1.329	6.947
	US\$FOB (mil)	7.179	3.691	10.870
2004	Quant.	10.011	3.095	13.106
	US\$FOB (mil)	6.755	14.871	21.626
2005**	Quant.	5.998	596	6.594
	US\$FOB (mil)	3.129	3.071	6.200

** Jan a Abr de 2005 - Fonte: SECEX/MAPA (2005)

Os maiores importadores de castanha são os Estados Unidos, Reino Unido, Itália e Alemanha.

O mercado internacional está dividido entre a castanha descascada e castanha em casca, ambas secas. As castanhas descascadas são vendidas principalmente para torrefadores, que as empacotam ou elaboram misturas para as indústrias alimentícias.

As castanhas secas com casca, são vendidas nos meses de outubro, novembro e dezembro, período que coincide com festividades nos Estados Unidos e Europa.

Esse mercado foi estimado em 50 milhões de dólares anuais ou menos de 2% dos 2 bilhões de dólares do mercado mundial de castanhas comestíveis (MMA, 1998).

O Brasil, antes do avanço das exportações, especialmente de castanhas descascadas de países como Bolívia e Peru, era considerado o maior exportador de castanhas sem casca. Mas, a partir de 1992, percebe-se a mudança dessa condição (Tabela 4).

Tabela 4: Países Exportadores de Castanha (1992 a 1996) em toneladas

Países	Tipo	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	Com Casca	11.700	9.500	12.500	10.000	8.750
	Sem Casca	5.300	4.750	5.500	5.400	2.200
Bolívia	Sem Casca	5.750	8.000	7.500	7.000	8.750
Peru	Sem Casca	750	1.000	1.000	1.000	1.500
Bolívia/Peru	Com Casca	0	0	250	500	1.500
Total	Com Casca	11.700	9.500	12.750	10.500	10.250
Total	Sem Casca	11.800	13.750	14.000	13.400	12.450

Fonte: **Edible** (de Homma et. al, 2000)

Apesar dos dados apresentados (Tabela 4), não refletirem a realidade atual das exportações de castanha, pode-se concluir que a Bolívia, deve estar liderando as exportações de castanha sem casca, visto que 60% da produção do Estado do Acre é hoje escoada para esse país, contra 35% destinados à Belém, e 5% para outros Estados brasileiros (SEPROF, 2005). Outro fator, a se ponderar, são os investimentos nos últimos anos, realizados pela Bolívia, em unidades de beneficiamento próximas às áreas produtoras do Brasil, inclusive em localidades fronteiriças, como é o caso de Cobija e Riberalta. É importante salientar, também, que a indústria boliviana buscou o domínio da tecnologia para o setor, algo que tem agregado vantagens ao produto do país.

Além disso, os preços FOB de exportação da castanha da Bolívia, e também do Peru, são geralmente mais baixos que os do Brasil. Existe a facilidade destes países em exportar pelo porto do Chile, com serviços portuários mais baratos e permitindo atingir a costa oeste dos Estados Unidos (maior comprador).

Uma vez que o mercado de exportação do Brasil é operado, em grande parte, por empresas do Pará, e como estas têm necessidade de buscar a produção de outros Estados via rio Purus, e sendo o mesmo navegável por um curto período, o produto brasileiro acaba se tornando mais caro e menos competitivo (Homma et.al,2000).

O mercado exterior de castanha de uma maneira geral é estável e os países consumidores apreciam bastante o produto. No entanto, a baixa oferta de castanha que tem sido uma tendência registrada a cada ano pelo Brasil, por razões relacionadas ao desflorestamento e queimadas na Amazônia, acrescida à flexibilidade deste mercado em encontrar outras castanhas comestíveis com preços mais atrativos, poderá num futuro próximo desestruturar o mercado do produto amazônico irreversivelmente.

O Brasil é o único país produtor capaz de evitar uma situação limite e abastecer com regularidade o mercado internacional já que ainda é o detentor dos maiores estoques de castanhais. Ademais, possui a responsabilidade de resguardar os seus recursos florestais por questões ambientais, econômicas e sociais.

2 Importância da Produção Familiar na Cadeia e as Especificidades Relacionadas

A castanha é um produto que se origina totalmente do trabalho familiar de coletores, que se vinculam à atividade principalmente por razões culturais e históricas, próprias da região amazônica. Portanto, o sustentáculo da cadeia produtiva da castanha, está unicamente alicerçado no trabalho destes coletores.

Praticamente inexistente a característica patronal capitalizada dentro da atividade em sua base, não havendo uma relação de grandes proprietários de castanhais, monopolizando a extração, ou a contratação de mão-de-obra pelas famílias que realizam a coleta.

A maioria dos coletores da castanha na Amazônia são grupos familiares inseridos em comunidades que possuem ou ocupam pequenos estabelecimentos circunvizinhos à áreas de floresta.

Exceto no passado, quando a castanha era fundamental na geração de divisas no estado do Pará, o governo local fazia concessões (arrendamentos) das áreas de castanhais à famílias politicamente e economicamente importantes, essa prática contribuiu na concentração de terras e exploração da mão-de-obra de posseiros, o que veio formar a oligarquia dos donos de castanhais.

Contudo, a perda da importância do extrativismo da castanha no Estado do Pará, o avanço da fronteira agrícola e a entrada de outras atividades, desagregaram o modelo dos donos dos castanhais, fazendo desaparecer o monopólio sobre a extração. Entretanto, a antiga oligarquia permanece hoje com o domínio, nos níveis de intermediação da produção e beneficiamento industrial.

O perfil das comunidades coletoras de castanha é diversificado, bem como as relações que estabelecem no trabalho de coleta e com mercado de castanha.

No estado do Acre, os coletores de castanha são quase que exclusivamente seringueiros descendentes de migrantes da Região Nordeste, que se instalaram no Acre no tempo do ciclo da borracha.

Cada família possui sua “colocação”, dentro da floresta. Limitadas pelas estradas de seringa, cada família tem em média três “estradas”, as “estradas” equivalem a 100 hectares, resultando 300 hectares por família. A partir desta área individualizada, os grupos familiares realizam a coleta da castanha.

Devido ao forte movimento de organização seringueiro no Acre e a política governamental de apoio ao setor através de subsídios da borracha, o fomento à comercialização de produtos não madeireiros é feito a partir de cooperativas. É comum a formação de associações entre os seringueiros e, a partir destas, é realizada o escoamento da produção e comercialização da castanha às cooperativas.

No entanto, a atuação dos “marreteiros”, como são chamados os atravessadores, é grande, principalmente daqueles vindos da Bolívia.

O Estado do Pará, recentemente tem sido abastecido internamente por comunidades do rio Trombetas. Em geral, essas comunidades, segundo a entidade FASE, extraem a castanha de áreas de florestas que são coletivas, não havendo uma delimitação por família como acontece no Acre. Assim, o trabalho de extração, pode acontecer com diversas famílias ou individualmente.

Na maioria dos casos, as comunidades, necessitam fazer uso de barcos a motor ou canoas para chegar aos castanhais. A venda se dá entre intermediários da própria comunidade ou nos regatões (entrepasto do comércio atravessador) de municípios como Oriximiná e Óbidos

Destaca-se que importantes comunidades do rio Trombetas, são formadas por remanescentes de quilombolas. Em Oriximiná, encontra-se uma das mais organizadas, que é representada pela Associação dos Remanescentes dos Quilombolas do município de Oriximiná, a entidade tem procurado por meio de parcerias com outras instituições, ações de organização e verticalização da produção, melhorar a qualidade de vida da comunidade.

O técnico da FASE, Carlos Augusto Ramos, comentou que as comunidades do Pará, pela questão cultural, são em grande parte pouco ou nada organizadas. Por isso, ainda é comum o escambo de produtos extrativos por mercadorias ou a característica de subserviência às condições dos atravessadores, o que dificulta

ações no sentido de melhorar as relações mercadológicas ou de elevação no nível de vida das comunidades.

No Amazonas, nas zonas de produção de castanha, em comunidades ribeirinhas, também ocorrem situações de natureza cultural dos sistemas sociais, que impedem às famílias coletoras conseguirem maiores benefícios com o extrativismo. São as delimitações dos territórios pelos atravessadores, ou seja, determinada comunidade somente pode vender a produção para um intermediário específico, a preços pré-estabelecidos, não havendo liberdade de se negociar a mercadoria com outros canais. Dificilmente as regras são quebradas, pois o atravessador tem capital para exercer o domínio e o seu trabalho é bem aceito.

Em Rondônia, os coletores também são seringueiros, com a maioria da castanha produzida neste Estado tendo origem nas reservas extrativistas, federais ou estaduais. Em se tratando de reservas extrativistas, as famílias não podem ter acesso a um título de propriedade, somente o direito concedido pelo governo federal ou estadual de residência e usufruto dos recursos naturais.

A grande dificuldade em Rondônia são as políticas locais, que pouco valorizam os recursos florestais, principalmente os não madeireiros. As iniciativas governamentais privilegiam a pecuária de corte e o cultivo de soja. Vale ressaltar que Rondônia é um dos Estados mais desmatados da Amazônia Legal.

No Amapá, como no caso do Pará e Amazonas, as comunidades extrativistas são exploradas fortemente pelas redes de atravessadores. Por outro lado este Estado tem incorporado algumas ações governamentais para beneficiar os produtores, como a instalação de uma cooperativa de beneficiamento, no município do Laranjal do Jarí, um dos mais produtivos do Estado.

2.1 Extrativismo da Castanha-do-Brasil na Composição da Renda

Um estudo da Universidade Federal do Acre (UFAC), de 1997, sobre análise econômica de sistemas de produção familiar, concluiu na amostra pesquisada, dentro da microrregião do Vale do Acre, nos municípios de: Xapuri, Brasiéia, Assis Brasil e Acrelândia, que o sistema extrativista é caracterizado pela predominância das atividades extrativistas de castanha e borracha, associadas a uma agricultura e pecuária de subsistência suplementar.

Nesse universo pesquisado, verificou-se que 66% das famílias vendiam castanha, associadas à extração de látex, para obterem recursos financeiros. Mas é importante considerar que na época da pesquisa estimava-se que havia 2500 famílias trabalhando com o extrativismo da castanha, quando atualmente se calcula que 4000 famílias praticam a coleta da castanha no Estado do Acre, conforme informações da Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar do Acre (SEPROF).

A mesma pesquisa da UFAC concluiu que cada família produz em média 300 latas de castanha e, conforme monitoramento dos preços médios até o ano de 2004, realizado pela SEPROF, a renda do castanheiro evoluiu da seguinte forma:

Tabela 5: Evolução da Renda Média Bruta do Castanheiro no Acre

Ano	Produção Média por Família (latas)	Preço Médio pago ao Produtor (lata)	Renda Média Bruta (R\$)
2000	300	4,60	1380,00
2001	300	5,00	1500,00
2002	300	5,75	1725,00
2003	300	9,50	2850,00
2004	300	12,69	3807,00

Fontes: UFAC (1997); SEPROF (2005)

3 Extrativistas da Castanha na Cadeia Produtiva

3.1 As regiões pesquisadas

As informações e dados tratados nessa seção, foram pesquisados junto à instituições governamentais e não governamentais e em organizações ligadas aos extrativistas da castanha no Estado do Acre.

O Acre foi contemplado como objeto da presente investigação porque nos anos mais recentes tem contribuído expressivamente para a produção brasileira de castanha e, com frequência, se apresentou na liderança ou entre os maiores produtores do país.

3.2 Características do Extrativismo da Castanha

A safra da castanha acontece de dezembro a maio e o trabalho de colheita é essencialmente realizado por homens. Os instrumentos utilizados na extração consistem de: um facão (terçado) e no paneiro, uma espécie de cesto confeccionado de fibras naturais.

O trabalho é extremamente simples, baseando-se na coleta dos “ouriços de castanha”, caídos das árvores, e na sua quebra com o auxílio do facão, para obtenção das amêndoas, que depois são colocadas dentro do paneiro.

Apesar da simplicidade, o trabalho exige resistência física, requer que o extrativista caminhe e suporte o peso dos paneiros carregados. Assim, é incomum encontrar trabalhadores com idade avançada. A força de trabalho é constituída de 78% adultos, (sendo 71% masculina, com idade média de 31 anos), e 22% adolescente (70% masculina e idade média de 12 anos). Nos sistemas extrativistas, é muito rara a contratação de mão-de-obra terceirizada, com a força de trabalho está totalmente na categoria familiar.

A forma predominante de acesso à terra nesse sistema é a compra (65%), seguida pela posse (16%). Há também casos de famílias que vivem nas reservas extrativistas, não sendo concedido nestas o direito à propriedade, apenas o benefício de uso dos recursos naturais.

Os estabelecimentos estão localizados à médias e longas distâncias de centros urbanos, pois a localidade mais próxima está em média 59 Km distante. (UFAC, 1997)

3.3 As Organizações Extrativistas

Os produtores de castanha no Estado do Acre são em grande parte seringueiros de origem: a classe dos seringueiros. Devido ao sentido de luta pela preservação das florestas, reconhecido internacionalmente com episódio da morte do líder Chico Mendes e mais recentemente, com o apoio local ao extrativismo, houve a formação de várias associações e cooperativas ligadas aos extrativistas neste Estado.

No Estado, existem quatro cooperativas que absorvem as produções de castanha in natura: Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), Cooperativa

Mista de Produção Agroextrativista dos Municípios de Epiaciolândia e Brasília (COMPAEB), Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Rio Iaco (COOPERIACO) e Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE). Dessas, as duas primeiras trabalham também com o beneficiamento das castanhas (secagem e descascamento) e, ainda em 2005, as mesmas cooperativas iniciarão a operação de usinas de beneficiamento em processo semi-automatizado, substituindo o modelo manual atualmente usado.

3.3.1 Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE)

A cooperativa está sediada na capital Rio Branco e, anteriormente à sua fundação, a organização funcionava como um entreposto comercial de produtos extrativistas, onde se recebia a produção de várias associações do Estado. Nessa época, o governo auxiliava no pagamento de funcionários e nas despesas de combustível do entreposto.

Em dezembro de 2002, o entreposto passou a ser uma cooperativa juridicamente constituída. O objetivo desde então é de ser a agência de comercialização das 17 associações que congrega. Grande parte destas associações, estão localizadas no Baixo Acre.

A participação do governo no processo de criação da cooperativa foi a doação do terreno, do prédio em que está a sede e a aquisição de dois caminhões para a instituição.

A cooperativa, é gerenciada por uma diretoria, formada pelos presidentes das 17 associações que integram a organização. O funcionamento da cooperativa é operacionalizado por 13 funcionários, incluindo a parte administrativa e contábil.

Segundo Ermando Teixeira da Silva, um dos diretores da COOPERACRE, as associações que fazem parte da cooperativa possuem aproximadamente 170 associados cada uma, resultando em 2890 famílias envolvidas.

A produção é recolhida pela cooperativa, que estipula um cronograma e itinerário com as associações para o caminhão apanhar as castanhas dos produtores.

O volume negociado pela cooperativa em 2004, foi de 80.000 latas, cada lata corresponde a 10 kg de castanhas, o que equivale a 800 toneladas.

A previsão é de movimentar em 2005, cerca de 90.000 latas, ou 900 toneladas.

Os preços pagos pela cooperativa ao produtor na safra de 2004, variaram entre R\$ 15,00 a R\$ 18,00/lata. Para manutenção da cooperativa, é tirado de 1,50 a 2,00 reais por lata.

A castanha foi vendida, com preços de R\$ 18,00 a R\$ 21,50 a lata, tendo sido o principal comprador uma empresa boliviana de beneficiamento.

O período de natal é a única época que há uma demanda maior do produto com casca para o mercado consumidor brasileiro, mas que representa muito pouco nas vendas totais da cooperativa.

Mesmo com o funcionamento da cooperativa é comum, ainda, a atuação de atravessadores das usinas de beneficiamento da Bolívia. Inclusive os preços pagos pelos atravessadores aos produtores são compatíveis àqueles oferecidos pela COOPERACRE, ou até maiores. Apenas no município de Plácido de Castro, num comentário de um dos diretores, havia no auge da safra de 2004, dezesseis compradores de castanha da Bolívia, com o valor médio pago ficando em R\$ 17,00/lata. Os atravessadores, para levarem vantagem, chegam a buscar as castanhas dentro das comunidades.

Apesar da rede de atravessadores, a criação da cooperativa, na avaliação dos diretores é positiva porque estabeleceu parâmetros de preços mais justos para os produtores, atendendo ao objetivo social da organização, de elevação no nível de renda dos castanheiros.

Ressalta-se que tal condição foi também alcançada porque, desde 2004, o estado do Acre, especificamente as cooperativas, como a COOPERACRE, estão sendo contempladas com um programa da CONAB, de compra antecipada especial da castanha-do-Brasil. São recursos disponibilizados exclusivamente para as cooperativas, com a finalidade de apoiar as organizações na compra da produção no início da safra. É como se fosse um capital de giro que viabiliza a movimentação das cooperativas e garante a compra da castanha do produtor. A condição para acessar o financiamento é a devolução em um prazo de oito meses.

3.3.2 Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX)

A CAEX, foi fundada em 1988 no município de Xapuri, ao todo possui 400 sócios, que representam nove diferentes comunidades da região. A diretoria da

cooperativa é exclusivamente formada por produtores, mas os funcionários são todas pessoas contratadas.

A cooperativa tem movimentado, anualmente, uma quantidade de 1200 a 1500 toneladas de castanha *in natura*.

Os preços pagos pela cooperativa ao produtor em 2005, ficaram no início da safra entre R\$ 13,00 a R\$ 14,00 a lata, e no pico da produção em R\$ 17,00 e R\$ 18,00 por lata.

Em situação semelhante à COOPERACRE, a cooperativa de Xapuri, enfrenta a concorrência dos atravessadores da Bolívia, bem como dos usineiros do grupo Mutran, de Belém e empresas de Manaus. Os bolivianos chegaram a pagar R\$ 23,00 por lata de castanha. A minimização desse problema tem passado pela conscientização dos cooperados e demais produtores.

Na intenção de agregar valores à produção de maneira eficiente e, conseqüentemente, proporcionar ganhos maiores aos castanheiros, a partir deste ano a entidade entrará em uma nova fase, com o funcionamento da usina semi-automatizada, em substituição ao processo manual de descascamento antes usado pela cooperativa.

O projeto da nova usina foi financiado pelo governo federal através da SUFRAMA, governo do Estado, cooperativas: CAEX e COMPAEB, e finalmente pela empresa boliviana Tauhamanu, que entrou inclusive com a tecnologia dos equipamentos.

Para operar esse novo empreendimento, que conta também com outra unidade de beneficiamento semi-automatizada, no município de Brasiléia, essa gerenciada pela COMPAEB, formou-se a empresa Castanheira.

As cotas da empresa Castanheira, são divididas da seguinte maneira:

CAEX (25%)

COMPAEB (25%)

Tauhamanu (50%)

As capacidades máximas das novas usinas da CAEX e COMPAEB, são de, produzir 387,2 toneladas por ano de castanha descascada.

Estimativas da SEPROF, apontam que as usinas de beneficiamento semi-automatizadas, da CAEX e COMPAEB, serão capazes de beneficiar 50% da produção de castanha do Acre. Nas antigas usinas de processamento manual era possível beneficiar apenas 5% da produção do estado.

Pelo menos a CAEX, no começo do funcionamento da usina, irá utilizar 30% da capacidade total, para depois aumentar gradativamente a produção.

No processo semi-automatizado as grandes inovações serão a substituição da prensa de ferro, onde somente é possível quebrar uma castanha por vez, por um quebrador automático, e a utilização do sistema de embalagem a vácuo. As demais etapas do beneficiamento, permanecem semelhantes, cuja ordem é a seguinte:

- a) Pré-beneficiamento: Secagem inicial e limpeza das castanhas em água
- b) Seleção: Após a limpeza é realizada uma primeira seleção em esteira, são retiradas as castanhas estragadas;
- c) Descascagem: Nessa etapa, as castanhas vão para o quebrador automático para serem descascadas;
- d) Classificação: Posteriormente ao descascamento, as castanhas passam por uma classificação, conforme os tamanhos e qualidade;
- e) Desidratação: Já classificadas, as castanhas são encaminhadas para uma estufa, para uma secagem final (2,5% de umidade);
- f) Seleção final e embalagem: As castanhas passam por uma última verificação, e daí são embaladas a vácuo em sacos alumizados de 20 kg.

Em paralelo à nova unidade de beneficiamento, o projeto também incluiu a capacitação dos produtores no campo pela EMBRAPA/ACRE, sobre as boas práticas de colheita, com o objetivo de diminuir a contaminação do fungo que provoca a formação das aflatoxinas. A medida visa adequar o produto brasileiro aos novos padrões exigidos pelo mercado internacional.

A CAEX, internamente, prevê um projeto de certificação de parte da produção de castanha, com a parceria de uma organização italiana, que pretende colocar o produto da cooperativa no mercado justo europeu.

Em relação às cooperativas do Estado, almeja-se consolidar a “rede das cooperativas”, para que a produção e beneficiamento sejam trabalhados no âmbito destas organizações.

Há, portanto, a perspectiva de que esteja em curso mudanças significativas no mercado de castanha, já que metade da produção do estado do Acre terá a possibilidade de ser beneficiada localmente, e por segmentos representativos dos produtores de castanha.

3.3.3 Cooperativa Mista de Produção Agroextrativista dos Municípios de Epitaciolândia e Brasília (COMPAEB)

A COMPAEB, também é muito conhecida pela sigla CAPEB, pois no passado havia duas cooperativas diferentes de mesma natureza, que funcionavam em local comum.

A cooperativa COMPAEB, foi fundada em 1993, a partir de uma antiga central de associações. Oficialmente, a entidade tem 250 sócios, mas o número real é maior, porque os inadimplentes não entraram no somatório do cooperado entrevistado.

A quantidade média de castanhas recebidas é de 1500 toneladas por ano, com uma variação grande de uma safra para outra. Somente em 2002, foram 2220 toneladas, já para 2005, a previsão é de atingir 600 toneladas. Segundo o sócio Manoel Gonçalves de Souza, essas oscilações acontecem porque a castanha tem, há cada três anos, uma super safra e, depois um ano ruim de produção, que se recupera nos períodos seguintes.

O preço mais alto pago pela cooperativa ao produtor em 2005, foi de R\$ 18,00 a lata. Esse valor foi possível de ser praticado, porque o programa de compra antecipada da CONAB, auxiliou a cooperativa a estipular valores nesse patamar.

A COMPAEB, como também faz parte do projeto das unidades de beneficiamento semi-automatizadas, acredita que futuramente será possível pagar ao produtor entre R\$ 25,00 a R\$ 30,00 à lata.

A cooperativa, além do projeto da usina, tem a preocupação no momento em melhorar as condições de armazenamento das associações que compõem a organização, no sentido de evitar perdas e controlar os níveis da aflatoxina. Para isso, a organização quer instalar secadores solares nesses armazéns, já que a idéia de doar animais para as famílias, a fim de facilitar e tornar mais rápido o escoamento da produção, mostrou-se insuficiente.

Diferente da CAEX, a COMPAEB, já trabalha com produção certificada de castanha. Ao todo são 30 famílias da cooperativa envolvidas. Essas castanhas estão sendo comercializadas na Itália por uma organização parceira dentro do mercado justo. A meta é, em breve expandir para mais 100 famílias, através de um projeto que está sendo elaborado pelo instituto ECOAMAZON, de Brasília.

4 Indústrias Demandadoras da Produção Familiar

4.1 Principais Indústrias

O setor industrial que mais consome a produção de castanha é o de beneficiamento da castanha *in natura*.

As indústrias preparam a castanha, em estado bruto, para o consumo, realizando a secagem da castanha com casca ou o descascamento e secagem da amêndoa.

As principais empresas, são exatamente três grupos, que controlam 50% do mercado, estão em Belém-PA. Entre estes, a exportadora Mutran é considerada a mais importante, há décadas beneficiando e comercializando castanha. O grupo, é um dos maiores fornecedores do produto para o mercado brasileiro e internacional.

Entretanto, com a perda da importância do setor regionalmente e a queda nos níveis de produção, principalmente no Pará, a empresa, e outros empreendimentos nacionais, tem perdido mercado para unidades de comércio e beneficiamento de castanha da Bolívia. Estas são também as principais demandadoras da produção brasileira de castanha.

Todas as cooperativas anteriormente citadas, ao serem perguntadas sobre as indústrias consumidoras de castanha, excetuando as de beneficiamento, indicaram a Nutrimental do Paraná, como uma grande compradora de castanha. Invariavelmente citavam a rede Carrefour de São Paulo, como consumidora de castanha com casca, mas somente na época de natal. Outra empresa bastante comentada, foi a Miragina, um empreendimento do Estado do Acre, que aproveita a castanha na forma de farinha para fabricação de biscoitos.

Além do setor alimentício, as indústrias de cosméticos encontraram no óleo da castanha uma excelente matéria-prima para fabricação de produtos, como é o caso da empresa Natura. A mesma vem obtendo o óleo através de projetos com as comunidades produtoras de castanha.

A empresa Brasamazon, de Belém, que também trabalha em regime de parceria com as comunidades, se especializou na extração de óleos de diversas espécies oleaginosas da Amazônia. O óleo da castanha tem sido destaque na sua linha de produtos. Além da elaboração de cosméticos, a empresa exporta óleos já beneficiados para indústrias de cosméticos do exterior.

5 Os Preços nos Diversos Níveis da Cadeia

A definição do preço da castanha obedece à variação da disponibilidade do produto no mercado, seguindo a dinâmica da oferta e procura. Porém é influenciado sobremaneira pelo comportamento da economia dos países importadores de castanha.

Apesar da queda drástica nos níveis de produção, que ocasionaram a diminuição na oferta e elevação dos preços da castanha, particularmente no final da última década não se registrou, em contrapartida, um retraimento da demanda devido à alta de preços, pois, simultaneamente, houve um aumento na renda dos países importadores e incremento nas taxas de consumo de amêndoas, o que contribuiu para um resultado financeiro maior nas exportações brasileiras (MMA, 1998).

Outra relação observada nessa última década é que o Brasil perdeu a posição de maior exportador de castanha sem casca, mas a Bolívia ocupou o lugar do país e conseguiu atender parte da demanda do mercado internacional, mantendo, de certa forma, a estabilidade na procura pela castanha.

Porém a castanha se caracteriza, nesses mercados, como um produto de preços baixos e elasticidade de vendas, significando que quando os preços caem, ou os salários aumentam, o incremento na demanda será menor que o proporcional.

Assim, se a oferta de castanha continuar caindo, e os preços se elevarem a ponto de inibir o consumo externo, bem como, o mercado dos produtos substitutos crescer, a tendência será a perda do espaço dentro do mercado.

A definição de preços pagos na base da cadeia, no Estado do Acre, tem passado por uma grande mudança nos últimos quatro anos. Segundo dados da Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar (SEPROF), o produtor de castanha ao longo do período mencionado recebeu em média os seguintes valores:

2001: R\$ 5,00/lata

2002: R\$ 5,75/lata

2003: R\$ 9,50/lata

2004: R\$ 12,69/lata

Esse fenômeno, segundo as cooperativas, se deve ao fortalecimento das organizações através do apoio governamental, o surgimento da COOPERACRE,

que integra um número considerável de associações de extrativistas, e ao programa de compra antecipada da CONAB.

A conjunção destes fatores, forçou a rede de atravessadores das usinas a elevar o nível dos preços praticados e, conseguinte, dividiu de modo mais equilibrado o lucro das exportações com os produtores de castanha.

Tabela 6: Variação dos Preços pagos ao Produtor (Safrá 2005)*

Município (ou região)	Cooperativas	Atravessadores
Baixo Acre	13,00 a 18,00/lata	17,00 a 18,00/lata
Xapuri	13,00 a 18,00/lata	18,00 a 23,00/lata
Brasiléia	15,00 a 18,00 /lata	-

* Janeiro a Maio 2005

Fonte: SEPROF, COOPERACRE, CAEX e COMPAEB (2005)

Tabela 7: Variação dos Preços de Venda das Cooperativas (Safrá 2005)*

COOPERACRE	16,00 a 20,50/lata
CAEX	16,00 a 22,00/lata

* Janeiro a Maio de 2005

Fonte: SEPROF, COOPERACRE e CAEX (2005)

Tabela 8: Preço Médio de Exportação em US\$ FOB/kg

Tipo de castanha	2004	2005**
Castanha com Casca	US\$ 0,67/kg	US\$ 0,52/kg
Castanha sem Casca	US\$ 4,80/kg	US\$ 5,15/kg

** Janeiro a Abril de 2005

Fonte: SECEX/MAPA (2005)

6 Limites e Perspectivas da Produção Familiar na Cadeia

6.1 Dificuldades encontradas pelos extrativistas na produção e comercialização

Os extrativistas associados às cooperativas no Estado do Acre relatam como a principal dificuldade as condições precárias em que realizam o escoamento da produção de castanha.

Nem sempre as comunidades estão em locais de fácil acesso e como a safra da castanha acontece quase que totalmente no período de chuvas, muitas estradas nessa época se tornam intransitáveis, em razão do péssimo estado de conservação.

Além das estradas precárias, há ainda castanheiros que dependem de outros transportes como barcos. A consequência imediata é o elevado custo com o frete e combustível.

Desse modo as associações, quando realizam o trabalho de escoamento ou recebem a produção, não são bem compreendidas por muitos sócios ou outros produtores, que acabam encarando a organização como um fator negativo, já que é necessário o desconto dos custos de transporte sobre os rendimentos da produção. Nesse ponto, os atravessadores, que buscam a produção nas casas dos castanheiros, tornam-se uma alternativa financeiramente mais vantajosa.

Partindo deste raciocínio e imediatismo dos produtores, os intermediários conseguem enfraquecer as associações e, conseqüentemente, as cooperativas.

A conscientização dos produtores, envolve a percepção de que os atravessadores e usineiros têm como único fim a obtenção da castanha, diferente das associações e cooperativas que prestam assistência, reivindicam direitos e, principalmente, mantém os produtores informados sobre o que acontece no mercado de castanha, comenta Manoel Gonçalves de Souza, da COMPAEB.

Uma outra questão que as associações e cooperativas acreditam ser prioridade e que facilitaria o trabalho seria a adoção de medidas complementares ao esquema de logística, como a construção de armazéns adequados em locais estratégicos, de preferência nas próprias comunidades. Estas teriam como finalidade evitar perdas e a diminuição da qualidade da castanha.

6.2 Projetos para Atuação na Cadeia

As cooperativas do Estado do Acre mencionadas neste estudo já participam de programas, projetos e ações no sentido de viabilizar a verticalização, a agregação de valores à produção e o aumento do poder dos produtores nos níveis de negociação e comercialização da castanha. Tais iniciativas são:

- Implantação de duas usinas de beneficiamento semi-automatizadas, com a participação da SUFRAMA, governo do Estado do Acre, CAEX, COMPAEB e empresa Tauhamanu;
- Programa de compra antecipada da castanha-do-Brasil pela CONAB, exclusivo para as cooperativas;
- Articulação da rede das cooperativas do estado do Acre;
- Projeto de certificação de castanhas das cooperativas COMPAEB e futuramente da CAEX, em parceria com a usina Chico Mendes de Modena na Itália, e instituto ECOAMAZON;
- Previsão de apoio pelo governo estadual na construção de armazéns comunitários.

7 Conclusões:

Este estudo exploratório deu ênfase ao declínio verificado na produção brasileira de castanha, como um aspecto que pode vir a comprometer o atendimento da demanda internacional pelo produto e resultar na perda da fração ocupada pela castanha amazônica no mercado de amêndoas comestíveis.

Supõe-se, como alternativa para superar um quadro crítico de oferta do produto, o incentivo a plantios comerciais da espécie, o apoio à logística e verticalização da produção junto às bases produtoras. Estas medidas contribuiriam para o barateamento dos custos de produção da castanha, na queda dos preços em níveis mais acessíveis, propiciando um aumento do consumo externo, inclusive em países menos ricos e mesmo no consumo doméstico, hoje exclusivo de classes mais abastadas.

Porém, anteriormente às estratégias com fins mercadológicos, é preciso entender que a diminuição da oferta de castanha está inseparavelmente relacionada

ao desaparecimento gradativo das florestas e à eliminação da biodiversidade. Isso ocorre em favorecimento dos empreendimentos pecuários de exportação e no avanço da fronteira agrícola, traduzida na cultura da soja.

Revela-se, em meio a esta realidade amazônica, a insipiência de políticas públicas e interesses direcionados à ocupação e uso do solo em bases sustentáveis, uma vez que o estabelecimento do agronegócio representa, também, a fragilidade dos sistemas de produção da agricultura familiar e extrativistas em prover e fixar as famílias adequadamente. A incorporação de terras pela agropecuária de larga escala e pela soja, se dá ao mesmo tempo em que acontece o esvaziamento das propriedades familiares.

Ao longo da construção deste estudo, vários depoimentos coletados entre as pessoas entrevistadas demonstraram que há a necessidade de repensar um novo modelo para o extrativismo da castanha como atividade econômica de sustentação social e ambiental. As pressões de ordem macroeconômica estão levando o extrativismo à extinção sob o pretexto de julgá-lo inexpressivo economicamente, porém sem a preocupação de dar uma resposta social e ambiental em troca.

Um dos entrevistados, afirmou que o extrativismo, poderá resistir somente quando se associar a uma agricultura com aporte tecnológico. Muitos afirmaram a necessidade de agregar valores à produção extrativa com a participação dos produtores, como acontece no Estado do Acre.

Porém, entre outras afirmações, foi indicado que o componente cultural das populações tradicionais ocupadas no extrativismo é uma variável que dificulta, ou até inviabiliza, a implantação de ações no sentido acima citado. Na dinâmica destas populações, o conceito conhecido de agricultura, a organização social, a auto-gestão de empreendimentos, são elementos que não fazem parte do universo das comunidades extrativistas.

Apresenta-se claramente que a proposição de idéias, sobre um novo modelo para o extrativismo e de desenvolvimento da região amazônica, passa obrigatoriamente por uma análise profunda dos aspectos sócio-culturais das populações. Excluí-los, simplesmente, impossibilitaria qualquer inovação no sistema extrativista.

7 Contatos

Instituições e Organizações de Base	Contato	Telefone	E-mail	Cidade/Estado
SEPROF (Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar do Estado do Acre)	Gerliano M. Nunes	(68) 223-7404	castanha.seprof@ac.gov.br	Rio Branco – AC
COOPERACRE (Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre)	AlcimarMarcos da Costa	(68) 3221-7164		Rio Branco-AC
CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri)	Luis Pereira	(68) 3542-3155	ccaex@bol.com.br	Xapuri-AC
COMPAEB (Cooperativa Mista de Produção Agroextrativista dos Municípios de Epitaciolândia e Brasiléia)	Manoel Gonçalves de Souza	(68) 3546-3126		Brasiléia-AC
PESACRE (Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais do Acre)	Roger/Regiane	(68) 226-5288	pesacre@pesacre.org.br	Rio Branco-AC
EMBRAPA Amazônia Oriental	Alfredo Homma	(91) 299-4582; 277-0088	homma@cpatu.embrapa.br	Belém-PA
POEMA (Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia)	Sandro Abreu/Reginaldo Von	(91) 3183-1686		Belém-PA
FASE Gurupá	Carlos Augusto Ramos	(91) 342-0318		Belém-PA
GTNA (Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia)	Romier da Paixão Souza	(91)231-8413;262-8014		Belém-PA
OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia)	Rosalvo Joaquim	(69) 3224-1031		Porto Velho-RO

8 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. P. **Castanha do Pará – sua exportação e importância na economia amazônica**. Ministério da Agricultura, 1963, 86p.

CNPT IBAMA. **Principais produtos extrativos da Amazônia e seus coeficientes técnicos**. Brasília, 1998, 78p.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2000, 132p.

HOMMA, A. K. O. et al. **A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2000, 74p.

IBGE. **Produção Extrativa Vegetal**. www.ibge.gov.br, acesso maio e junho de 2005.

MAPA. **Secretaria do Comércio Exterior**. www.mapa.org.br, acesso junho de 2005.

MMA; SCA; GTA; SUFRAMA; SEBRAE. **Castanha – produtos potenciais da Amazônia**. Brasília, 1998, 87p.

NASCIMENTO, J. B.; CARVALHO, R. A.; HUHNS, S.; NAZARÉ, R. R. **Castanha-do-Brasil como fonte de renda nas áreas quilombolas de Oriximiná, PA**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2000, 57p.

REGO, J. F. **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997**. UFAC, Rio Branco, 2003, 80p.

8.1 Pessoas Entrevistadas

- Gerliano Nunes - Gerente de Produção da Castanha da Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar do Estado do Acre;
- Alcimar Marcos da Costa – Gerente Administrativo da COOPERACRE;
- Sebastião Vieira de Pinho – Diretor da COOPERACRE;
- Ermando Teixeira da Silva – Diretor da COOPERACRE;
- José Liberalino Soares – Associado da COOPERACRE;
- Francisco de Assis da Conceição Bezerra – Associado da COOPERACRE;
- Luis Pereira – Presidente da CAEX
- Salustiano Diogo de Lima – Gerente Administrativo da CAEX;
- Manoel Gonçalves de Souza – Associado da COMPAEB;
- Roger – Consultor do PESACRE
- Alfredo Kingo Oyama Homma – Pesquisador da EMBRAPA Amazônia Oriental;
- Sandro Abreu – Consultor do POEMA;
- Romier da Paixão Souza – Técnico do GTNA;
- Carlos Augusto Ramos – Técnico da FASE.

